

Relatório & Contas - 2014



ESPROSER – ESCOLA PROFISSIONAL, S.A.

ES

PRO

SER

Índice:

ESCOLA PROFISSIONAL DE SERNANCELHE

Esproser - Escola profissional, SA
Avenida das Tílias, nº27 | 3640 - 211 Sernancelhe
Telefone: 254 550 020 | Fax: 254 550 029
www.esproser.pt | geral@esproser.pt

NIPC 504 676 326 | Capital Social 50.000€

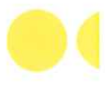
1-Relatório de gestão

2-Demonstrações financeiras

3-Anexo às demonstrações financeiras

4-Declaração do Órgão de Gestão





1 – Relatório de Gestão



ESPROSER – Escola Profissional, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Período findo em 31 de dezembro de 2014

INTRODUÇÃO

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A., (*doravante designada por “Sociedade”*), constituída em 15 de Junho de 1999, com sede social em Sernancelhe, o capital social de 50.000 euros representado por 10.000 acções tem como atividade principal o Ensino Profissional. O presente relatório de gestão expressa de forma apropriada a situação financeira e os resultados da atividade exercida no período económico findo em 31 de dezembro de 2014.

É elaborado nos termos do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da Sociedade, procedendo a uma análise equilibrada e global da evolução dos negócios, dos resultados e da sua posição financeira, em conformidade com a dimensão e complexidade da sua atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Sociedade se defronta.

1. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

De acordo com a generalidade dos analistas registou-se um crescimento económico moderado em 2014, ligeiramente abaixo das projeções previamente efetuadas. Um dos principais motivos prende-se com o facto das políticas adotadas pelas maiores economias não terem ainda reestabelecido a confiança dos mercados, especialmente na zona euro. Este clima de incerteza é reforçado pela falta de aprofundamento de compromissos político-económicos entre os países da União Europeia (UE), pela incerteza no regresso aos mercados dos países intervencionados, pela desaceleração das economias emergentes, pelo enclave grego e pela tensão político-económica entre a Rússia e a UE.

1.1. A Nível Internacional e Europeu

De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), a atividade económica a nível mundial terá registado em 2014 um crescimento positivo de cerca de 3% (3,3%) – mantendo-se os valores de 2013 –, sendo que o Produto Interno Bruto (PIB) das designadas economias desenvolvidas apresenta uma tendência inferior, situando-se na ordem dos 1,8%, contra os 4,4% das economias emergentes. Comparando os ritmos de crescimento dos EUA e da zona euro, verificamos que as previsões do ano transato estavam corretas, uma vez que os EUA tiveram um ligeiro incremento da atividade económica na ordem dos 0,2% (a economia americana fechou o ano de 2014 com um crescimento de 2,4%) e, na zona euro, este foi um ano de alavancagem da economia rondando os 1,3% (na globalidade, a economia europeia retomou o crescimento económico na ordem dos 0,8%, o que contrasta com a destruição de valor que ocorrera no ano transato: - 0,5%).

As previsões indicam que, para 2015, os EUA irão ultrapassar o ritmo de crescimento do triénio anterior (o crescimento estimado prevê-se que ronde os 3,6%, mais 1,2% que em 2014) e a nível europeu, os valores finais apurados em 2014 apontam para sinais de retoma económica, ainda que com um crescimento moderado de cerca de 0,8%. Esta retoma da economia europeia terá sido mais modesta nos países cujas economias têm estado debaixo de elevada pressão, nomeadamente a dos países mais pequenos e mais periféricos, muito em resultado das suas dívidas soberanas e permanência da desconfiança dos mercados sobre a resolução da crise. A crise grega será um dos mais relevantes fatores-chave para a leitura macroeconómica da UE no curto e médio prazo. A tensão política na negociação entre Atenas e Bruxelas, relativa às condições de prolongamento do programa de assistência financeira firmado com a Troika e a possibilidade do seu incumprimento e conseqüente abandono do Euro, são fatores indutores de instabilidade económica para a macrorregião europeia, já tão economicamente fragilizada de per si.

A economia chinesa tem sofrido nos últimos anos um desacelerar constante, ainda que não muito vincado, cifrando-se o PIB chinês de 2014 em níveis de crescimento inferiores aos de 2013 (7,8%). O crescimento previsto da economia chinesa estima-se que tenha alcançado os 7,4%. As duas economias emergentes mais relevantes da América Latina, o Brasil e o México, apresentam divergentes estádios nas suas trajetórias de crescimento. A economia mexicana terá crescido a um ritmo superior em 0,7% ao verificado no ano de 2013 (1,4% em 2013, 2,1% em 2014). O Brasil tem abrandado o seu ritmo de crescimento após uma primavera económica que prometia um crescimento mais acentuado e sustentado nos próximos anos. O valor de crescimento da economia brasileira terá rondado, segundo as estimativas, os 0,1%, entrando o país desta forma em recessão técnica. Segundo os mesmos apontadores do FMI, também o Japão reforça a espiral recessiva com um crescimento de 0,1% do PIB.

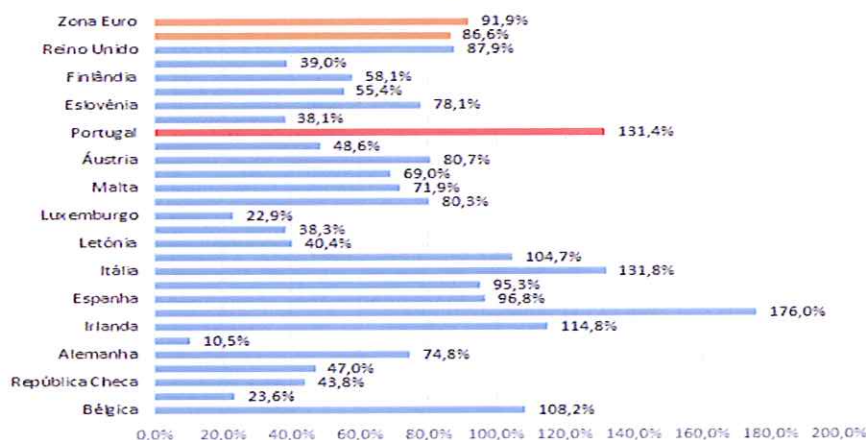
Em termos de mercado cambial, o mesmo tem evoluído de forma bastante mais instável, quando comparado com os anos imediatamente anteriores. No início de 2014 a cotação EUR/USD era de 1,3658 e no fim do ano a mesma cotação era de 1,2141. Na mesma linha, em 2014, o euro desvalorizou-se face ao franco suíço e face à libra esterlina, conforme dados do Banco Central Europeu (BCE). Por seu lado, o lene desvalorizou-se face às principais moedas, resultado das políticas de estímulo tomadas pelo governo e banco central nipónicos. Ainda de notar, já em Janeiro de 2015, que a eliminação do limiar mínimo na cotação CHF-EUR, realizada por parte do banco central suíço, fez com que a cotação do franco suíço subisse velozmente para valores próximos da paridade com o Euro.

Handwritten signature

Handwritten signature

Como consequência dos excessivos défices públicos dos últimos anos, a dívida pública nas designadas economias desenvolvidas continua a atingir níveis que não eram tão elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Os dados mais recentes apontam para rácios de dívida pública (em % do PIB), nos EUA de 105,6% (104,2% em 2013), 86,6% na UE (92,7% em 2013) e 91,9% na Zona Euro (86,8% em 2013). Os principais déficits europeus são apresentados na figura seguinte (dados do Eurostat relativos ao 3.º trimestre de 2014):

Dívida Pública em % do PIB - 3.º Trimestre de 2014



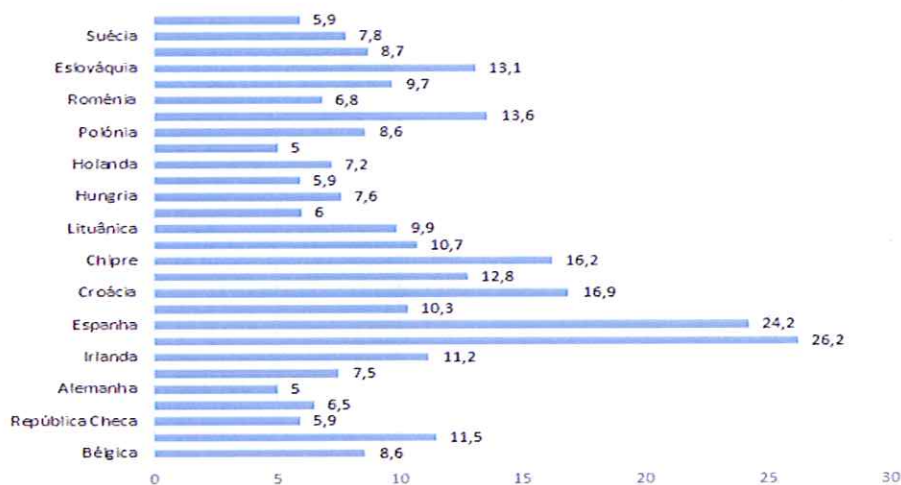
Nos EUA a taxa de desemprego cifrou-se nos 6,2%, o que significou uma redução de mais de 1% face a 2013. Já na Zona Euro em 2014, as taxas de desemprego mantiveram-se ao mesmo nível das de 2012, tendo-se fixado em 12% (Dezembro de 2013). As menores taxas de desemprego são observadas na Áustria e na Alemanha, ambas com 5,0%, sendo as maiores na Grécia e em Espanha com 26,2% e 24,2% respetivamente.

É importante realçar a descida deste indicador verificada em Portugal, país onde a taxa de desemprego desceu de 15,3% no final de 2013 para 13,3% em Dezembro de 2014. Apresenta-se de seguida o gráfico representativo das taxas de desemprego, em percentagem, elaborado pelo Eurostat com dados do 3.º trimestre de 2014:



[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Taxa de Desemprego (%) - 3.º Trimestre de 2014



Dados disponibilizados no último indicador trimestral de 2014 elaborado pelo INE revelam que a taxa de desemprego em Portugal baixou para os 13,3%.

1.2. A Nível Nacional

Apesar de muito ténues, as melhorias da condição macroeconómica portuguesa fazem sentir-se nomeadamente na ligeira redução da taxa de desemprego, no crescimento positivo do PIB, e na descida das taxas de juro (e consequentemente dos níveis de risco das obrigações do tesouro) a que a República Portuguesa se consegue financiar externamente.

A tendência de contração da procura interna inverteu-se face aos anos de 2013 e 2012, crescendo 2% em termos reais, após a diminuição de 2,3% verificada no período anterior. O consumo privado seguiu o mesmo rumo passando de uma redução de 1,4% em 2013 para um crescimento de 2,1% em 2014. Tanto o Investimento como a Formação Bruta de Capital Fixo apresentaram também apreciações quando comparadas com o ano anterior.

Após a conclusão, em Maio último, do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) que conduziu à adoção, por parte do Governo, de um conjunto de medidas para ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos e de carácter estrutural, a grande questão levantada tem que ver com a modalidade de relacionamento com a comunidade de credores no futuro próximo. Ou seja, em que moldes Portugal pretenderia alicerçar o seu financiamento externo: através do mercado de capitais ou, alternativamente, a despeito de o financiamento ser assegurado por investidores do setor privado, se preconiza uma opção assente na existência de uma rede de proteção disponibilizada pelos credores oficiais (instrumentos de recurso como a Linha de Crédito Condicionada Cautelar e o Mecanismo Europeu de Estabilidade). A avaliar pela intensidade de colocação de dívida soberana no mercado esta decisão assentará muito mais



Handwritten signature: Rui Guedes

Handwritten signature: [unclear]

sobre a primeira opção. Esta opção, para além da independência económico-política na política interna, fará com que os juros pagos pelo estado português sejam tendencialmente mais baixos, fazendo deste modo que os encargos financeiros do estado – pelo menos no que diz respeito às grandes operações de financiamento – sejam reduzidos significativamente.

De acordo com dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), a economia portuguesa registou em 2014 um crescimento de 0,9% no PIB, representando uma melhoria face a 2013, ano em que se observou um decréscimo de 1,4%. Os resultados agora apresentados são os mais positivos desde 2011. A economia portuguesa já não alcançava valores de crescimento positivos desde 2010, ano em que a economia cresceu 1,9%.

Segundo dados das Contas Nacionais Trimestrais, o Produto Interno Bruto (PIB) registou, em termos homólogos, um aumento de 0,7% em volume no 4.º trimestre de 2014 (1,1% no 3.º trimestre). Esta evolução foi determinada pelo contributo menos positivo da procura interna comparativamente com o verificado no trimestre anterior, refletindo a desaceleração do consumo privado. A procura externa líquida registou um contributo ligeiramente menos negativo para a variação homóloga do PIB, devido à aceleração das Exportações de Bens e Serviços.

No que diz respeito à evolução do emprego, a taxa de desemprego em Portugal atingiu, no quarto trimestre de 2014, os 13,3%, representando uma descida de 1,8% face ao período homólogo de 2013, sendo atualmente a quinta mais elevada da UE, bem como da zona euro. Um dos aspetos mais preocupantes no que respeita ao mercado de trabalho é o desemprego jovem e, em particular, de jovens qualificados. A população desempregada foi estimada em 683,2 mil pessoas, o que representa uma diminuição de 1,5% face a dezembro de 2014 (menos 10,5 mil). A população empregada foi estimada em 4.441,3 mil pessoas, aumentando 0,5% (mais 21,0 mil) face ao mês anterior.

Em 2014, as Exportações de Bens e Serviços registaram um crescimento de 3,4% em termos reais, traduzindo-se num abrandamento comparativamente com o observado em 2013 (variação de 6,4%). Esta evolução refletiu a desaceleração nas duas componentes, tendo as exportações de bens passado de um aumento de 5,8% em 2013 para 3,6% em 2014 e as exportações de serviços, de uma variação de 8,2% para 2,7%.

As Importações de Bens e Serviços aceleraram em 2014, registando um aumento de 6,2% em volume (3,6% em 2013), em resultado do crescimento mais intenso de ambas as componentes. As importações de serviços apresentaram a aceleração mais pronunciada, passando de uma variação de 0,8% em 2013 para 6,9%. As importações de bens registaram um crescimento em termos reais de 6,1% em 2014 (4,1% no ano anterior).

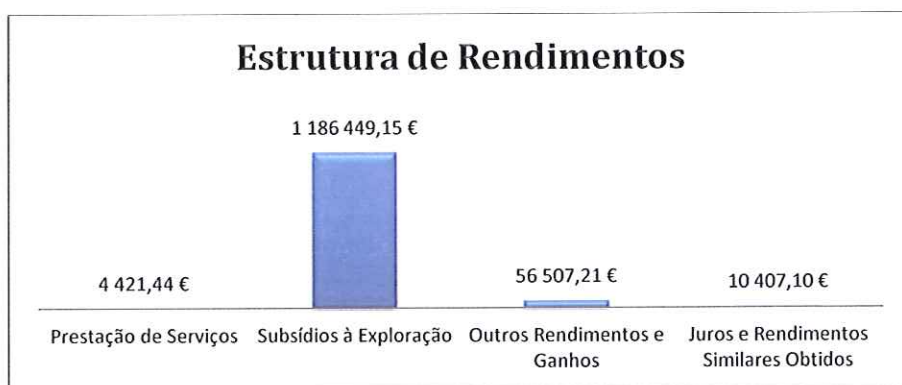


Em termos orçamentais, o défice do Estado para 2014 fixou-se aproximadamente nos 4% do PIB.

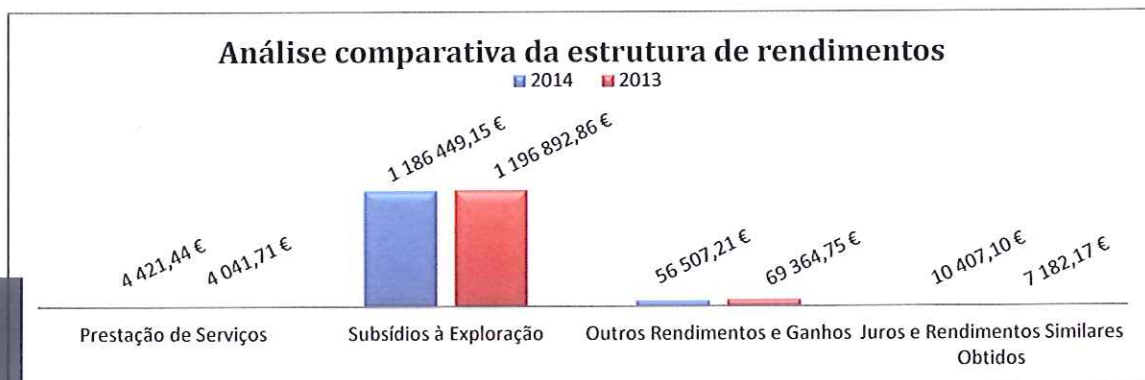
2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE E DA ESTRUTURA DE RENDIMENTOS E GASTOS

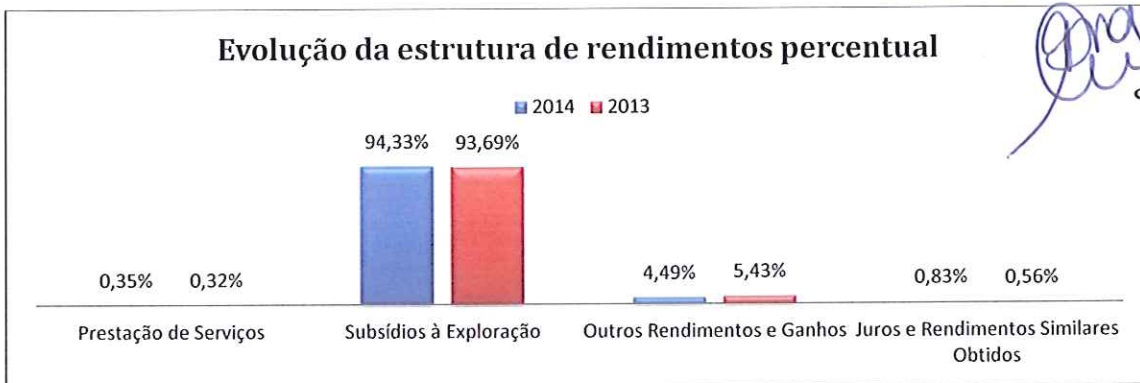
No período de 2014 os resultados espelham a atividade desenvolvida pela Sociedade. O resultado líquido do período apresentou um valor de -4.967,56€, representando uma variação de -109,11% relativamente ao período homólogo.

A composição dos rendimentos, bem como a respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:



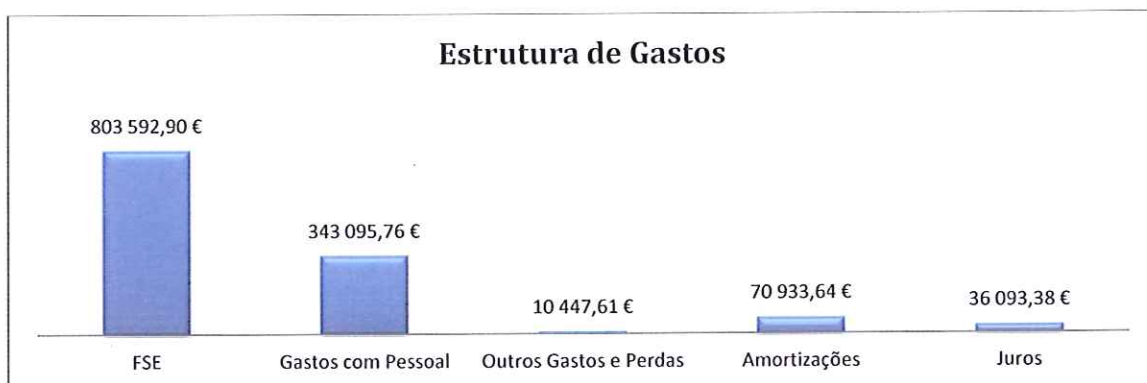
Seguidamente apresentam-se comparações entre os rendimentos obtidos em 2014, com os obtidos em 2013, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se em seguida um comentário às principais variações ocorridas:



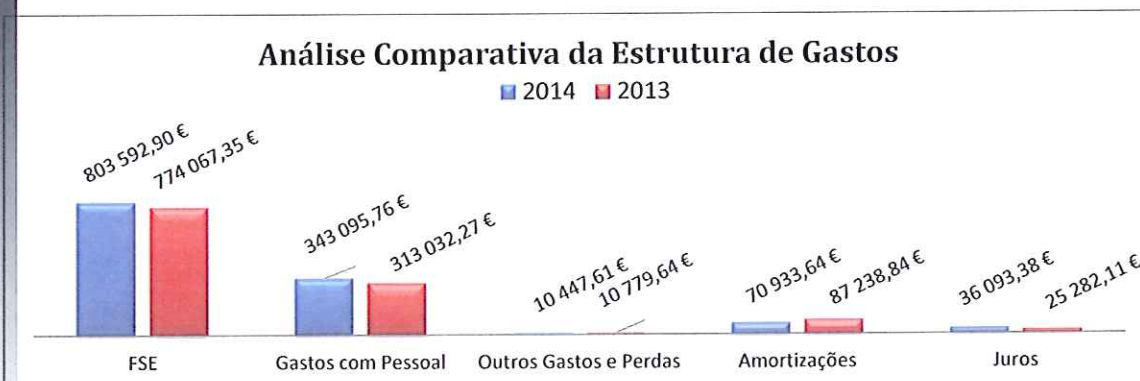


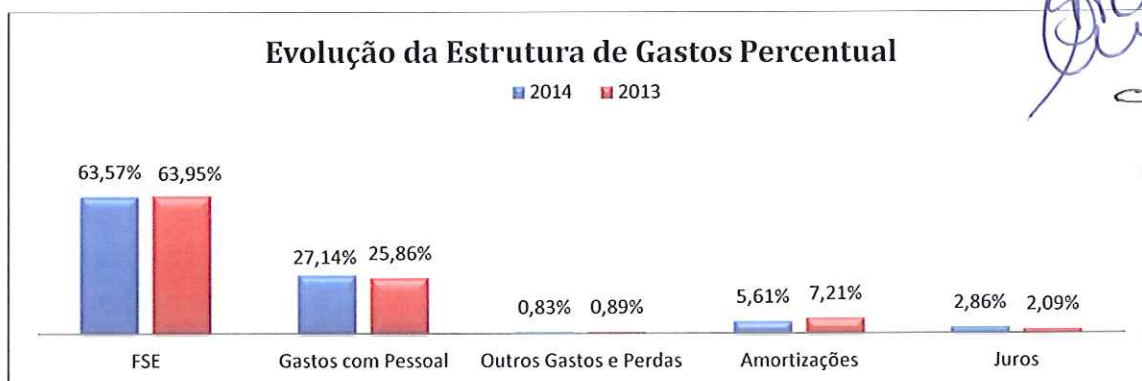
Em relação à estrutura de rendimentos da ESPROSER, verifica-se uma relativa estagnação dos mesmos, comparativamente ao período de 2013. Ocorreu uma redução dos subsídios à exploração e dos outros rendimentos e ganhos mas, em contrapartida, registou-se um aumento dos juros e rendimentos similares obtidos, bem como das prestações de serviços.

Relativamente aos gastos incorridos no período de 2014, a sua composição e respetiva estrutura são apresentadas no gráfico seguinte:



Seguidamente apresentam-se comparações entre os gastos incorridos em 2014, com os incorridos em 2013, em termos absolutos e em termos percentuais, efetuando-se em seguida um comentário às principais variações ocorridas:





Em relação à estrutura de gastos, verifica-se um aumento nas principais rubricas, comparativamente a 2013. Os FSE registaram um acréscimo explicado pelo aumento de 118 (ano lectivo 2013/2014) para 129 alunos (ano lectivo 2014/2015) a serem transportados diariamente de fora do concelho de Sernancelhe. Verifica-se, ainda, um aumento dos gastos com pessoal, motivado pela reposição salarial, conforme estipulado pelo Tribunal Constitucional, bem como pelo aumento do tempo de serviço prestado. Os juros suportados pela Sociedade registaram um aumento resultante do financiamento de curto prazo para apoio à tesouraria, por forma a colmatar o atraso nos reembolsos do POPH (Programa Operacional Potencial Humano), devido ao fim do mesmo e à aproximação de um novo quadro comunitário de financiamento até 2020.

Em sentido contrário, verificou-se uma redução significativa das depreciações do período, em particular no equipamento básico.

No que diz respeito ao pessoal, o quadro seguinte apresenta a evolução dos gastos com o pessoal, bem como o respetivo número de efetivos:

Rubricas	Períodos	
	2014	2013
Gastos com pessoal	343.095,76€	313.032,27 €
N.º Médio de pessoas	16	17
Gasto médio por pessoa	21.443,49€	18.413,66€

Relativamente aos gastos com pessoal, o aumento verificado resulta do facto de o tempo de serviço prestado ser claramente superior em 2014 por comparação a 2013 e, ainda, pela imposição do Tribunal Constitucional que obrigou à reposição salarial, levando a um aumento de gastos na ordem dos 20.000€.

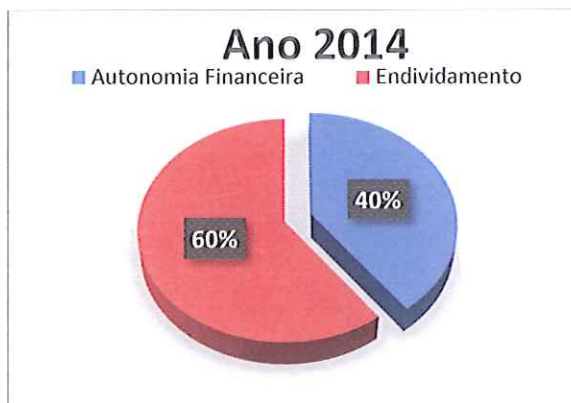
Na sequência do exposto, do ponto de vista económico, a sociedade apresentou, comparativamente ao período anterior valores de EBITDA e Resultado Líquido do Período:

	2014	2013
Resultado Líquido do Período	-4 967,56 €	54 507,37 €
EBITDA	90 241,53 €	172 420,06 €

Verifica-se que comparativamente aos períodos de 2014 e 2013 o Resultado Líquido do Período baixou significativamente, devido a alguns factos excecionais que entretanto ocorreram:

- O POPH deixou de aceitar o custo real suportado pela empresa, com o transporte de alunos oriundos de fora do Concelho, assim, em vez dos cerca de 200€ mensais que custa transportar cada aluno, o POPH apenas passou a aceitar 12,5% do IAS (52,40€/aluno, para os 118 alunos em questão). Esta medida, provocou uma perda de 17.400€ mensais (de Janeiro a Março de 2014). Em simultâneo, a ESPROSER tomou uma medida de urgência para fazer face a este problema, e procedeu à venda ao Município de Sernancelhe, da maioria da sua Frota Automóvel: Iveco 48-CA-18 (36 lugares), Iveco 30-IB-02 (20 lugares), Mercedes Vito 47-06-VF (9 lugares), Mercedes Vito 69-EI-47 (9 lugares) e Opel Vivaro 30-LC-45 (9 lugares), pelo valor de 32.311,17€, o que por si só provocou uma perda fiscal de cerca de 7.000€, mas conteve a perda mensal de cerca de 17.400€, uma vez que o transporte organizado pelo Município de Sernancelhe é aceite como custo elegível a 100%. A ESPROSER passa a partir de abril, a pagar mensalmente um aluguer de 16.644€ pela utilização das 5 viaturas vendidas mais 3 viaturas que já pertenciam ao Município. A partir de setembro de 2014, a mensalidade passou a ser de 18.940,48€, fruto da atualização dos valores imputados a cada aluno e também do aumento de 118 para 128 alunos transportados;
- A reposição salarial ordenada pelo Tribunal Constitucional, a partir de junho de 2014, aumentou excecionalmente os custos em cerca de 20.000€, que não estavam inicialmente previstos para 2014; e,
- Redução do financiamento global atribuído pelo POPH à ESPROSER, para o ano letivo que se iniciou em setembro de 2014.

Em resultado da sua atividade, a posição financeira da sociedade apresenta, também comparativamente com o período anterior, a seguinte evolução ao nível dos principais indicadores de autonomia financeira e endividamento:



[Handwritten signatures and initials]

A ESPROSER viu reduzida a sua autonomia financeira, devido ao aumento considerável do seu ativo, em cerca de 250.000€ ao mesmo tempo que os capitais próprios diminuíram aproximadamente de 16.000€, o que levou a uma descida da cobertura do seu ativo de 50% para 40%.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

3.1. Posição financeira:

De uma forma detalhada, pode-se avaliar a posição financeira da sociedade através da análise dos seguintes itens de balanço:

RUBRICAS	2014		2013	
Ativo não corrente	407.758,83 €	29,03%	499.226,60 €	43,17%
Ativo corrente	996.960,51 €	70,97%	657.024,11 €	56,83%
Total ativo	1.404.719,34 €		1.156.250,71€	

RUBRICAS	2014		2013	
Capital Próprio	559.394,40 €	39,82%	575.621,42 €	49,78%
Passivo não corrente	136.312,56 €	9,70%	145.737,04 €	12,60%
Passivo corrente	709.012,38 €	50,48%	434.892,25 €	37,62%
Total Capital Próprio e Passivo	1.404.719,34 €		1.156.250,71 €	

A sociedade exerceu atividade no setor da Educação (Ensino Profissional), onde se destaca o aumento significativo do seu ativo justificado, essencialmente, pelos seguintes fatores:



- As dívidas do POPH à ESPROSER, aumentaram em mais de 213.000€ comparativamente com o final de 2013, ascendendo estas no fim de 2014 a 513.800,06€. Este aumento significativo, está relacionado com o fim de um quadro comunitário de financiamento e o início de um novo quadro que termina em 2020;
- A ESPROSER aumentou os seus ativos financeiros/depósitos a prazo, em mais de 103.000€, perfazendo estes em finais de 2014 um total de 423.549,44€.

3.2. Indicadores de Gestão

Indicadores de Gestão	2014	2013	Δ
Volume de Negócios	4.421	4.042	9,38%
Resultados Líquidos	-4.968	54.507	-109,11%
Cash-Flow	65.966	141.746	-53,46%
Capital Próprio	559.394	575.621	-2,82%
Ativo Total Líquido	1.404.719	1.156.251	21,49%
Ativo Fixo	407.759	499.227	-18,32%
Capitais Permanentes	695.707	721.358	-3,56%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

- O **Volume de Negócios** registou um aumento de 9,38% em 2014 relativamente ao valor apresentado em 2013. Este aumento é significativo, principalmente, por se encontrar em contraciclo com a conjuntura, nacional e internacional.
- Relativamente ao **Resultado Líquido do Período** este apresenta um valor de -4.967,56€, valor inferior em cerca de -109,11 % relativamente a 2013. A sua justificação encontra-se no facto de o POPH não aceitar despesas de transporte dos alunos de fora do Concelho de Sernancelhe, no montante de 52.200€; À perda fiscal de 7.000€, devido à alienação das 5 viaturas já referidas anteriormente; À reposição salarial imposta pelo Tribunal Constitucional, cerca de 20.000€; À redução do financiamento global da Empresa, atribuído pelo POPH, que em relação ao período de setembro a dezembro de 2014, corresponde a uma redução de 30.000€.
- O **Cash-Flow** gerado em 2014 ascendeu ao valor de 65.966 €, inferior em -53,46 % relativamente ao valor de 2013. A sua justificação encontra-se no facto do resultado

Rui Queiroz

líquido ter descido de 54.507€ para - 4.968€ e ainda a uma redução das depreciações do período.

- O **Capital Próprio** teve alterações durante o período findo em 2014 relativamente ao mesmo período de 2013. A redução de valor em cerca de 16.000€, deve-se essencialmente à aplicação do resultado líquido do período anterior, à realização do subsídio ao investimento e à respetiva reversão do passivo por imposto diferido.
- O **Ativo Líquido** tem um valor de 1.404719,34 €, teve também um incremento de 21,49% em 2014, relativamente ao ano anterior motivado pelo aumento das dívidas do POPH à Escola e pelo aumento dos depósitos bancários.
- Também, o **Ativo Fixo** apresenta um valor de 407.258,83 €, registou um decréscimo de 18,32% relativamente a 2013 motivado, pelos seguintes factos:
 - ✓ Alienação de 5 viaturas ao Município de Sernancelhe no montante de 228.939,80 euros; e,
 - ✓ Aquisição de diverso equipamento administrativo, no montante de 18.636,74 euros.
- A rubrica **Capitais Permanentes** apresenta um valor de 695.706,96€ sendo o decréscimo em relação ao ano anterior de 3,56%. Este valor reflete a diminuição dos capitais próprios no montante aproximado de 16.000€ e também a redução do passivo não corrente no montante aproximado de 9.000€.

3.3. Análise Financeira

De seguida apresentam-se alguns indicadores, relativamente à análise financeira da sociedade, nos períodos findos em 2014 e 2013:

Análise Financeira	2014	2013	Δ
Autonomia Financeira	39,82%	49,78%	-20,00%
Solvabilidade	66,18%	99,14%	-33,25%
Liquidez Imediata	0,052	0,062	-16,12%
Liquidez reduzida	1,41	1,51	-6,62%
Liquidez Geral	1,41	1,51	-6,62%
Endividamento	0,60	0,50	20,00%

Em análise ao quadro apresentado, este propicia os seguintes comentários:

R. Guedes

- A autonomia financeira baixa de cerca de 50% para 40%, de 2013 para 2014, devido, fundamentalmente, ao aumento substancial do ativo, tendo os capitais próprios uma pequena redução;
- A solvabilidade diminuiu 33,25%, uma vez que os capitais próprios registaram um ligeiro decréscimo, tendo o passivo aumentado substancialmente;
- A liquidez imediata apresenta valores inferiores a 1, o que significa que a ESPROSER não dispõe de meios líquidos (caixa e bancos), para solver o passivo corrente,
- A liquidez reduzida diminuiu 6,93%, no entanto os ativos correntes cobrem em mais de 140% todo o passivo corrente;
- A liquidez geral mantém a tendência da liquidez reduzida e o mesmo valor, uma vez que a Empresa não dispõem de quaisquer inventários; e,
- O endividamento subiu cerca de 20% facto explicado pelo atraso de pagamento da estrutura de apoio POPH e, a conseqüente necessidade da Empresa se financiar junto da banca para suprir necessidades de tesouraria.

3.4. Análise Económica

Vamos agora apresentar alguns indicadores, relativamente à análise económica no período findo em 2014 e comparativamente com 2013.

Análise Económica	2014	2013	Δ
Rendibilidade do Ativo (Resultado Operacional/Ativo Total)	6,42%	7,37%	-12,89%
Rentabilidade do Capital Próprio	-0,89%	9,47%	-109,40%

Em análise aos dados do quadro apresentados, este propicia os seguintes comentários:

A rentabilidade do ativo da ESPROSER, apesar de ter baixado de 7,37% para 6,42%, continua a ser positiva. Em relação à rentabilidade do Capital Próprio, uma vez que o resultado líquido é negativo, apresenta uma rentabilidade marginal negativa.

Os indicadores de gestão, financeiros e económicos apresentados, indiciam que, a sociedade, apresenta uma estrutura equilibrada, garantida por uma gestão prudente e eficaz, secundada por um bom desempenho relativamente à atividade desenvolvida em 2014 justificada pela qualidade de excelência reconhecida pela generalidade de todos os seus *stackholders*. Durante o ano 2014 a Empresa adotou medidas que permitiram minimizar o resultado negativo do período. Assim, é do nosso entendimento que as ações corretivas já introduzidas permitirão à Empresa contrariar esta tendência já no período de 2015.



4. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS

A ESPROSER – Escola Profissional, S.A. no período económico findo em 31 de dezembro de 2014 alcançou o resultado líquido negativo de 4.967,56 euros, propondo, a sua aplicação de acordo com o quadro seguinte:

- Resultados Transitados: -4.967,56 euros.

5. EXPETATIVAS FUTURAS

5.1. Cenário económico

Do ponto de vista económico e social, o desempenho de Portugal revela um comportamento preocupante, ainda assim promissor pela leitura que é possível obter dos últimos dados das instituições europeias e portuguesas.

Para 2015 e 2016, as projeções do Banco Mundial apontam para uma melhoria do desempenho da economia mundial, assente no reforço do crescimento das economias avançadas, onde se evidencia um crescimento relativamente forte dos EUA, mais moderado da economia europeia, com uma evolução muito distinta entre os estados membros (mais forte do Reino Unido, Suécia, alguns países do centro e leste da Europa e dos países bálticos), mais fraco para a área do euro.

O conjunto dos países emergentes irá também crescer, especialmente os países emergentes asiáticos (sobretudo a Índia), apesar de um crescimento menos robusto face à década de 2000, refletindo políticas económicas menos expansionistas, preços de matérias-primas mais baixos (exemplo manifesto do petróleo) e, também, o agravamento de tensões geopolíticas em alguns desses países (nomeadamente a crise Rússia/Ucrânia e a instabilidade do Médio Oriente decorrente sobretudo das novas ameaças do designado islão político).

Estima-se que o crescimento da Europa e Ásia Central em desenvolvimento tenha abrandado para um nível mais baixo do que previsto em 2014 (2,4%) à medida que a recuperação hesitante na Zona Euro e estagnação na Rússia colocaram desafios adicionais. Contrariamente, o crescimento da Turquia superou as expetativas, apesar de ter abrandado para aproximadamente 3,1%. Prevê-se que o crescimento regional recupere para os 3% em 2015, 3,6% em 2016 e 4% em 2017, mas com divergências significativas. A recessão na Rússia detém o crescimento na Comunidade dos Estados Independentes (ex-repúblicas soviéticas), enquanto uma recuperação

gradual na Zona Euro deverá acelerar o crescimento na Europa Central e Oriental bem como na Turquia.

As projeções para a economia portuguesa apresentadas pelo Banco de Portugal apontam para que em 2015 se prolongue a recuperação económica já visível no ano passado. As mais recentes projeções para a economia portuguesa apontam para uma recuperação moderada da atividade económica no período 2015-2016, após uma contração acumulada de cerca de 6% no período 2011-2013, no contexto do processo de correção dos desequilíbrios macroeconómicos acumulados ao longo das últimas décadas.

As projeções para a economia portuguesa em 2014-2016 refletem a continuação do processo de ajustamento gradual dos desequilíbrios macroeconómicos, num quadro de crescimento moderado da atividade e do nível de preços, caracterizado também pela manutenção da capacidade de reduzir o endividamento externo.

De acordo com o BCE espera-se que o crescimento real do PIB se aproxime dos 1% em 2015 e 1,5% em 2016. O Banco de Portugal no seu Boletim de Dezembro de 2014 corrobora, de forma otimista, a projeção de que a partir do final de 2014, e ao longo do horizonte de projeção restante (2015 e 2016), a economia deverá registar taxas de variação homólogas do PIB positivas (1,5% em 2015 e 1,6% em 2016).

As atuais condições restritivas de acesso ao crédito irão tendencialmente manter-se, na sequência da prossecução do processo de desalavancagem do setor bancário. A recuperação do investimento empresarial deverá beneficiar no entanto de alguma melhoria das expectativas de procura por parte das empresas e das condições de financiamento. De acordo com a previsão do Banco de Portugal, a dinâmica da economia portuguesa deverá continuar a ser maioritariamente assegurada pelo desempenho das exportações, a par de uma recuperação da procura interna, que será compatível com a manutenção de excedentes na balança corrente e de capital. Por sua vez, o consumo privado poderá registar no período 2015-2016 uma desaceleração, mais vincada em 2016. Também para o mesmo horizonte de projeção prevê-se que a taxa de poupança se mantenha estável. Esta evolução é compatível com a continuação da redução do endividamento dos particulares em percentagem do rendimento disponível.

As exportações deverão manter um crescimento robusto, em linha com a procura externa de bens e serviços.

Relativamente ao mercado de trabalho, é prevista uma ténue estabilização deste indicador. No Orçamento de Estado para 2015 o Governo anteviu uma taxa de desemprego de 14,2%, enquanto a OCDE aponta para valores na ordem dos 14,7%.

Ricardo Guedes

Em Portugal a inflação deverá permanecer em níveis baixos. Após uma relativa estabilização dos preços em 2014, projeta-se um aumento progressivo da inflação para 0,7% em 2015 e 1,0% em 2016.

No que concerne à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em 2015 e 2016 este item apresentará um crescimento sustentado, com maior ênfase em 2015.

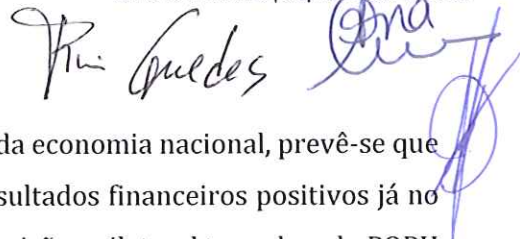
No entanto, à semelhança do ocorrido para 2014, estas projeções do Banco de Portugal estão rodeadas de grande incerteza, tanto ao nível da recuperação da economia mundial, bem como da evolução futura das tensões financeiras à escala global e, em particular, à resposta institucional à crise da dívida soberana na área do euro.

Por último, estas projeções são marcadas pelo impacto das medidas de consolidação orçamental, assim como o processo de desalavancagem ordenada e gradual do setor bancário. O enquadramento internacional, marcado ainda pelo abrandamento da economia mundial em 2012 e 2013 (resultado das crises financeira e das dívidas soberanas), será revertido com maior intensidade a partir de 2015. Portugal terá de promover o desenvolvimento económico, passando este por aumentar a eficiência do sistema judicial e por redefinir o papel do Estado (está ainda por realizar a famigerada reforma do Estado com as consequências sociais, económicas e políticas daí resultantes), de forma a estimular o investimento e a inovação. As políticas de apoio à criação de emprego apenas terão sucesso se os entraves ao investimento forem retirados. A reforma do IRC iniciada em 2014, apontada como um fator potenciador da atratividade económica do país ao investimento nacional e internacional, bem como à manutenção da viabilidade económica e financeira de muitas empresas do nosso tecido empresarial, começará a dar os primeiros frutos no início de 2015 e anos subsequentes.

Estas condições são indispensáveis ao sucesso no período pós-processo de ajustamento económico e financeiro e à construção de um paradigma económico que promova o crescimento de forma sustentável da economia portuguesa, mantendo um consenso institucional e coesão social satisfatórios para todos os agentes económicos.

A instabilidade dos mercados ainda se mantém, mesmo depois do fim do programa de ajuda externa, estando ainda por definir, com a clarividência necessária, quais os mecanismos europeus de ajuda ao retorno aos mercados dos países intervencionados ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira e em que medida a Europa enquanto macrorregião e união política de estados se fará impor quer no plano geopolítico internacional quer na organização política interna.





5.2. Evolução previsível da sociedade

Perante o cenário macroeconómico apresentado e a situação da economia nacional, prevê-se que o futuro próximo da sociedade passe pela recuperação de resultados financeiros positivos já no corrente ano de 2015, uma vez que as medidas corretivas à decisão unilateral tomada pelo POPH e que provocou perdas avultadas durante o período de 2014, foram quase totalmente revertidas ainda no mesmo ano.

A Escola vai continuar a apostar nas áreas de formação que tem vindo a oferecer aos seus alunos, ligadas à área da Saúde, Hotelaria, Instalações Elétricas e Informática, dada a elevada procura de técnicos qualificados nestas áreas, pelas empresas da região e também pela elevada procura que as mesmas áreas suscitam junto do público-alvo – os alunos.

6. OUTRAS INFORMAÇÕES

A sociedade não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Durante o período económico não ocorreu qualquer aquisição ou alienação de ações próprias. Aliás a sociedade não é detentora de ações próprias.

Após o termo do período não ocorreram factos relevantes que afetem a situação económica e financeira expressa pelas Demonstrações Financeiras, ou que necessitem de ser divulgados

Não foram realizados negócios entre a sociedade e os seus Administradores, nem lhes foram concedidos quaisquer empréstimos ou adiantamentos por conta de lucros.

Não existem dívidas em mora perante o Sector Público Estatal ou Segurança Social.

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da sociedade em continuidade. A Administração, com base na informação disponível à data sobre o futuro da sociedade, entende que a sociedade tem capacidade de prosseguir em continuidade, atendendo ao histórico de operações lucrativas alcançado e tem já contactado os recursos financeiros necessários ao desenvolvimento da sua atividade, de facto o período de 2014 foi atípico na medida em que a ESPROSER apresenta lucros regulares na sua atividade.

A sociedade não está exposta a riscos financeiros que possam provocar efeitos materialmente relevantes na sua posição financeira e na continuidade das suas operações. As decisões tomadas pelo órgão de gestão assentaram em regras de prudência, pelo que entende que as obrigações

assumidas não são geradoras de riscos que não possam ser regularmente suportados pela sociedade.

A sociedade seguiu, ao nível da gestão de risco, a política adotada:

a) RISCOS DE MERCADO

i) *Risco de Taxa de Juro*

Em resultado da proporção relevante de dívida a taxa variável no seu Balanço, e dos consequentes *cash-flows* de pagamento de juros, a sociedade encontra-se exposta a risco de taxa de juro, particularmente ao risco de variação de taxa de juro do Euro.

Como regra geral a sociedade não cobre por meio de derivados financeiros a sua exposição às variações de taxas de juro.

Esta abordagem baseia-se no princípio da existência de uma correlação negativa entre os níveis de taxa de juro e o "*cash flow operacional antes de juros líquidos*", que cria um *hedging* natural ao nível do "*cash flow operacional após juros líquidos*":

- O custo financeiro máximo do conjunto do derivado e da exposição subjacente são sempre conhecidos e limitados desde o início da contratação do derivado;
- Cotações de pelo menos duas Instituições Financeiras são obtidas antes da contratação de derivados de taxa de juro.

b) RISCO DE LIQUIDEZ

A gestão de risco de liquidez, tem por objetivo garantir que a sociedade possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades de negócio, implementar a sua estratégia, e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando devidas, evitando ao mesmo tempo a necessidade de obter financiamento em condições desfavoráveis.

Com este propósito, a gestão de liquidez compreende as seguintes aspetos:

- Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de *cash-flows* ao nível das operações, de acordo com diferentes horizontes temporais;
- Diversificação de fontes de financiamento;
- Diversificação das maturidades da dívida emitida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo das amortizações de dívida; e,
- Contratação com Bancos de relacionamento, de linhas de crédito de curto prazo, programas de papel comercial, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis adequados de liquidez.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

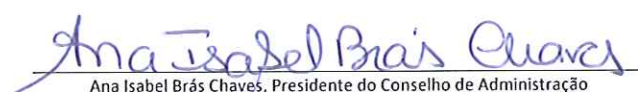
Expressamos os nossos agradecimentos a todos os que manifestaram confiança e preferência, em particular aos Clientes (alunos) e Fornecedores, porque a eles se deve muito do crescimento e desenvolvimento das nossas atividades, bem como a razão de ser do nosso negócio.

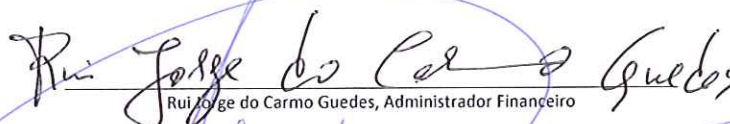
Aos nossos Colaboradores deixamos uma mensagem de apreço pelo seu profissionalismo e empenho, os quais foram e continuarão a sê-lo no futuro elementos fundamentais para a sustentabilidade da Empresa.

Apresenta-se, de seguida as demonstrações financeiras relativas ao período findo, que compreendem o Balanço, a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração de alterações do capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e o Anexo, as quais foram autorizadas para emissão na presente data, e serão posteriormente remetidas à Assembleia-Geral de acionistas, a qual dispõe de poderes para as aprovar, alterar ou rejeitar.

Sernancelhe, 04 de Março de 2015

O Conselho de Administração;


Ana Isabel Brás Chaves, Presidente do Conselho de Administração


Rui Jorge do Carmo Guedes, Administrador Financeiro


António Jorge Ribeiro de Figueiredo, Administrador Pedagógico

8. ANEXO AO RELATÓRIO DE GESTÃO

Informações de acordo com o nº 5 do artigo 447º e o nº 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais (CSC):

Relação dos acionistas com mais de um décimo / um terço ou metade do capital social:

Com um décimo:

Associação Âmbula Instituição Particular de Solidariedade Social - 1.000 ações;

Com mais de um terço:

Liga de Amigos da ESPROSER -

4.000 ações;

Câmara Municipal de Sernancelhe -

4.950 ações.

Sernancelhe, 04 de Março de 2015

O Conselho de Administração;

Ana Isabel Brás Chaves
 Ana Isabel Brás Chaves, Presidente do Conselho de Administração

Rui Jorge do Carmo Guedes
 Rui Jorge do Carmo Guedes, Administrador Financeiro

Antonio Jorge Ribeiro de Figueiredo
 Antonio Jorge Ribeiro de Figueiredo, Administrador Pedagógico





[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

2 – Demonstrações Financeiras

Balanzo individual em 31 de dezembro de 2014

Valor em Euros

Datas

RUBRICAS	Notas	31-12-2014	31-12-2013
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	407.258,83	498.726,60
Participações financeiras - Outros métodos	8	500,00	500,00
Total de Ativos Não Correntes		407.758,83	499.226,60
Ativo corrente			
Estado e outros entes públicos	15	14.154,02	1.838,48
Outras contas a receber	13	513.800,06	300.199,45
Diferimentos	13	8.385,28	8.087,54
Outros ativos financeiros	13	423.549,44	320.044,30
Caixa e depósitos bancários	4	37.071,71	26.854,34
Total de Ativos Correntes		996.960,51	657.024,11
Total do ATIVO		1.404.719,34	1.156.250,71
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital realizado	13	50.000,00	50.000,00
Reservas legais	13	10.000,00	10.000,00
Outras reservas	13	73.122,09	73.122,09
Resultados transitados	13	333.612,04	282.262,81
Outras variações no capital próprio	13	97.627,83	105.729,15
Resultado líquido do período	13	(4.967,56)	54.507,37
Total do Capital Próprio		559.394,40	575.621,42
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	7-13	110.360,86	114.155,61
Outras contas a pagar	12	25.951,70	31.581,43
Total de Passivos Não Correntes		136.312,56	145.737,04
Passivo corrente			
Fornecedores	13	43.105,80	105.012,83
Estado e outros entes públicos	15	13.356,56	12.745,82
Financiamentos obtidos	7-13	544.782,56	188.755,75
Outras contas a pagar	13	107.767,46	58.331,32
Diferimentos	13	0,00	70.046,53
Total de Passivos Correntes		709.012,38	434.892,25
Total do Passivo		845.324,94	580.629,29
Total do Capital Próprio e do Passivo		1.404.719,34	1.156.250,71

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

O Técnico Oficial de Contas

[Handwritten signature]

A Administração

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



Demonstração individual dos resultados por naturezas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

Para

Rui Guedes

Valores em euros

RENDIMENTOS E GASTOS		Notas	Períodos	
			31-12-2014	31-12-2013
Prestações de serviços	+	9	4.421,44	4.041,71
Subsídios à exploração	+	10	1.186.449,15	1.196.892,86
Fornecimentos e serviços externos	-	15	(803.592,90)	(774.067,35)
Gastos com pessoal	-	15	(343.095,76)	(313.032,27)
Outros rendimentos e ganhos	+	10-15	56.507,21	69.364,75
Outros gastos e perdas	-	15	(10.447,61)	(10.779,64)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	=		90.241,53	172.420,06
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-/+	6	(70.933,64)	(87.238,84)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	=		19.307,89	85.181,22
Juros e rebdimentos similares obtidos	+	9-15	10.407,10	7.182,17
Juros e gastos similares suportados	-	15	(36.093,38)	(25.282,11)
Resultado antes de impostos	=		-6.378,39	67.081,28
Imposto sobre rendimento do período	-/+	12	1.410,83	(12.573,91)
Resultado liquido do período	=		-4.967,56	54.507,37
Resultado por ação básico			-0,10	1,09

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Carlos Manuel do Silva Pereira

António José Dias Soares

António José Trilão de Aguiar

Rui Guedes



Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2014

Valores em euros

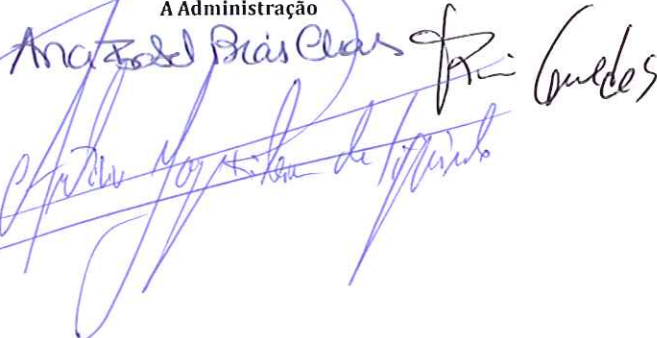
Períodos

RUBRICAS		Notas	31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais				
Recebimentos de clientes	+	9	4.693,45	3.477,40
Pagamentos a fornecedores	-	13-15	(865.946,69)	(704.674,73)
Pagamentos ao pessoal	-	15	(338.519,66)	(313.480,42)
Caixa gerada pelas operações	+/-		(1.199.772,90)	(1.014.677,75)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-/+	12-15	(12.837,41)	(35.043,47)
Outros recebimentos/pagamentos	+/-	10-15	1.016.412,03	1.226.918,71
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	(196.198,28)	177.197,49
Fluxos de caixa das actividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	-	6	(18.636,74)	(109.393,09)
Outros instrumentos financeiros	-	13	(103.500,00)	(55.044,30)
Recebimentos provenientes de:				
Juros e rendimentos similares obtidos	+	9-15	10.407,10	2.452,72
Fluxos de caixa das actividades de investimento	(2)	+/-	(111.729,64)	(161.984,67)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos	+	13	1.691.792,42	1.260.000,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos	-	13	(1.339.560,36)	(1.236.409,06)
Juros e gastos similares	-	15	(34.086,77)	(22.529,60)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		318.145,29	1.061,34
Variação de caixa e seus equivalentes	(1)+(2)+(3)		10.217,37	16.274,16
Efeito das diferenças de câmbio	+/-			
Caixa e seus equivalentes no início do período	+/-	4	26.854,34	10.580,18
Caixa e seus equivalentes no fim do período	+/-	4	37.071,71	26.854,34

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2014

DESCRIÇÃO		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1		50.000,00	10.000,00	73.122,09	282.262,81	105.729,15	54.507,37	575.621,42
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Reversão do passivo por imposto diferido		12				(3.158,14)	3.158,14		0,00
Atualização do imposto diferido		12					2.471,59		2.471,59
Imputação a rend. Do subs. Ao investimento		12					(13.731,05)		-13.731,05
Aplicação dos resultados obtidos no período anterior		13				54.507,37		(54.507,37)	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	51.349,23	(8.101,32)	(54.507,37)	(11.259,46)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	13						-4.967,56	-4.967,56
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3							-59.474,93	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6=1+2+3+5		50.000,00	10.000,00	73.122,09	333.612,04	97.627,83	-4.967,56	559.394,40

(Valores expressos em euros)

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Fomou de Silva Pereira

A Administração

Ana Fátima Bias Soares
Carlos Fomou de Silva Pereira

Demonstração individual das alterações no capital próprio no período 2013

DESCRIÇÃO		Notas	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital					Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
			Capital realizado	Reservas legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Outras variações no capital próprio		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2013	1		50.000,00	10.000,00	73.122,09	238.715,41	113.281,22	46.980,16	532.098,88
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Reversão do passivo por imposto diferido		12				(3.432,76)	3.432,76		0,00
Atualização do imposto diferido		12					2.746,22		2.746,22
Imputação a rend. Do subs. Ao investimento		12					(13.731,05)		-13.731,05
Aplicação dos resultados obtidos no período anterior		13				46.980,16		(46.980,16)	0,00
	2		0,00	0,00	0,00	43.547,40	(7.552,07)	(46.980,16)	-10.984,83
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3	13						54.507,37	54.507,37
RESULTADO INTEGRAL	4+2+3							7.527,21	
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2013	6=1+2+3+5		50.000,00	10.000,00	73.122,09	282.262,81	105.729,15	54.507,37	575.621,42

(Valores expressos em euros)

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Fomou de Silva Pereira

A Administração

Ana Fátima Bias Soares
Carlos Fomou de Silva Pereira



3 – Anexo às Demonstrações Financeiras

*ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS**PARA O PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014**(Valores expressos em euros)***1. Identificação da entidade**

A ESPROSER - ESCOLA PROFISSIONAL, S.A., com sede social na Av. das Tílias, em Sernancelhe, com o número de identificação de Pessoa Coletiva 504.676.326, com o capital social de 50.000,00 euros, tem como atividade principal o ensino profissional.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**2.1 Referencial contabilístico**

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Empresa e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010 de 23 agosto;
- Portaria n.º 986/2009, de 7 de dezembro (Modelos de Demonstrações Financeiras);
- Aviso n.º 15652/2009, 7 de setembro (Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro (Código de Contas).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre



que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de setembro, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em euros.

2.2 Indicação e justificação das disposições do SNC que, em casos excecionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.3 Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2014, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística.

3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

a) *Ativos fixos tangíveis*

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até aquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Terrenos e recursos naturais		
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

b) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma dos contratos. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se tal não acontecer.

Nas locações financeiras, o valor dos bens é registado no balanço como ativo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e os juros incluídos no valor dos pagamentos mínimos e a depreciação do ativo são registados como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, os pagamentos mínimos são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período de contrato da locação.

c) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição. Sempre que existam indícios que o ativo possa estar em imparidade, é efetuada uma avaliação destes investimentos financeiros, sendo registadas como gastos as perdas por imparidade que se demonstrarem existir.

Os rendimentos obtidos destes investimentos financeiros (dividendos ou lucros distribuídos) são registados na demonstração dos resultados do período em que é decidida e anunciada a sua distribuição.





d) *Instrumentos financeiros*

i. *Dívidas de terceiros*

As dívidas de terceiros são registadas ao custo e representadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidades, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, a Empresa tem em consideração informação de mercado que demonstre que o cliente está em incumprimento das suas responsabilidades, bem como a informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos. No caso de disponibilidade de informação judicial que comprove a existência de ameaças à continuidade das operações do devedor ou à capacidade de satisfazer os seus compromissos ou ainda, a partir do momento em que a empresa tenha em curso ação judicial com vista à cobrança dos seus créditos, são reconhecidas perdas por imparidade correspondentes à totalidade do crédito, deduzido eventualmente, do valor do imposto sobre o valor acrescentado a recuperar e do montante coberto por seguro de crédito, se existir.

As perdas por imparidade são ajustadas em função da evolução das contas correntes, designadamente no que respeita ao detalhe das operações que a integram, sendo que os reforços são reconhecidos como gastos do período, as reversões, decorrentes da cessação total ao parcial do risco, nos rendimentos e as utilizações, para cobertura de perda efetiva do crédito, deduzidas diretamente nas contas correntes.

ii. *Empréstimos*

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a mais ou menos de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizadas na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo.

iii. Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv. Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transação, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um instrumento de capital quando não existe a obrigação contratual de a sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou outro ativo financeiro, evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

v. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos no ativo corrente; caso contrário, e ainda quando existirem limitações à sua disponibilidade ou movimentação, são reconhecidos no ativo não corrente.

e) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data do balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o

seu controlo; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidos porque não é provável que um efluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um efluxo de recursos.

Os ativos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos. A Empresa não reconhece ativos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o ativo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

f) Regime de acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

g) Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da atividade ordinária da Empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência, sendo que, relativamente às vendas e prestações de serviços, o justo valor reflete eventuais descontos concedidos e não inclui quaisquer impostos liquidados nas faturas.

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido na demonstração dos resultados quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com o grau geralmente associado com a posse ou controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Empresa e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Em termos de prestação de serviços, o rédito associado é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação (método de percentagem de acabamento) à data do balanço, se o desfecho puder ser estimado com fiabilidade. Se isso não acontecer, mas se os custos incorridos forem recuperáveis, o rédito só é reconhecido na medida dos gastos já incorridos e reconhecidos, de acordo com o método do lucro nulo. Se o desfecho não poder ser estimado e se os custos não forem recuperáveis, não há qualquer rédito a reconhecer e os gastos não podem ser diferidos. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha reta.

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito de contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As declarações de rendimentos para efeitos fiscais são passíveis de revisão e correção pela Autoridade Tributária e Aduaneira durante um período de quatro anos, pelo que as declarações relativas aos períodos de 2011 a 2014 poderão vir ainda a ser corrigidas, não sendo expectável, no entanto, que das eventuais correções venha a decorrer um efeito significativo nas presentes demonstrações financeiras.

O prazo antes referido poderá ser prolongado ou suspenso desde que tenham sido obtidos benefícios fiscais, que estejam em cursos inspeções, reclamações ou impugnações, ou que tenha havido prejuízos fiscais, situação em que, durante um período de seis anos após a sua ocorrência, relativamente aos períodos anteriores a 2010 e de quatro anos relativamente aos períodos posteriores, estes são suscetíveis de dedução aos lucros tributáveis que venham a ser gerados.

Nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas "CIRC", a matéria coletável decorrente dos lucros fiscais apurados deduzidos de eventuais reportes de prejuízos, encontra-se sujeita a tributação, na generalidade, a uma taxa de 23%. Adicionalmente, nas situações previstas no artigo 88º do CIRC, há ainda lugar a uma tributação autónoma, a taxas que variam entre 5% e 35%, que incidem, exclusivamente, sobre os encargos aí previstos.

Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já

pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no ativo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transações ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontram traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração dos resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem diretamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

O imposto corrente é ainda condicionado pelos ajustamentos, positivos ou negativos, que tiverem de ser reconhecidos no período, relativos a impostos correntes de períodos anteriores.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5º do Decreto-Lei n.º 159 / 2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período e 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, exceto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados, utilizando-se as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributáveis, com exceção do goodwill não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem, quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, em empreendimentos conjuntos e associados, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando for provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Anualmente é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes



aos ativos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura.

i) Subsídios do governo

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com os ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos, na rubrica "Financiamentos obtidos".

j) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

ESCOLA PROFISSIONAL DE SERNANCELHE

Esproser - Escola profissional, SA
Avenida das Tílias, nº27 | 3640 - 211 Sernancelhe
Telefone: 254 550 020 | Fax: 254 550 029
www.esproser.pt | geral@esproser.pt

NIPC 504 676 326 | Capital Social 50,000€

ES PRO SER



As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

k) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 Outras políticas contabilísticas revelantes

a) Resultado por ação

Os resultados por ação são calculados dividindo o lucro atribuível aos acionistas da Empresa pelo número ponderado de ações.

b) Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Empresa classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os montantes de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outros instrumentos financeiros com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros





relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos em empresas participadas e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e da venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira e pagamentos de dividendos.

3.3 Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com as NCRF, o Conselho de Administração da Empresa utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros fatores, incluindo expectativas relacionadas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida.

Os juízos de valor utilizados pela Administração no processo de aplicação das políticas contabilísticas com maior impacto nas demonstrações financeiras, foram, as estimativas dos períodos de vida útil dos bens que constituem o Ativo Fixo Tangível e estimativa dos encargos com férias e subsídios de férias.

3.4 Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Os eventos ocorridos após a data do balanço que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data do balanço são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.5 Principais fontes de incerteza

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecerem nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da Empresa e as informações disponíveis face



Handwritten signature

acontecimentos passados e a situações equivalentes de outras empresas do setor, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade dessas estimativas ou implicar um risco significativo de ajustamentos materialmente relevantes nas quantias escrituradas dos ativos e passivos no próximo período.

Handwritten signature: R. Guedes

4. Fluxos de caixa

4.1 Comentário da administração sobre a quantia dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso:

	31-12-2014	31-12-2013
Caixa - geral	2.271,32	2.284,80
Depósitos bancários		
Depósitos à ordem - Euro	34.800,39	24.569,54
Total caixa e depósitos bancários	37.071,71	26.854,34

5. Partes relacionadas

5.1 Relacionamentos com a empresa mãe:

a) *Nome das empresas mãe:*

- Município de Sernancelhe
- Liga de Amigos da ESPROSER

5.2 Transações entre partes relacionadas:

d) *Natureza do relacionamento das partes relacionadas:*

Partes Relacionadas	
Município de Sernancelhe	Empresa-mãe
Liga dos Amigos da ESPROSER	Empresa-mãe





b) Transações e saldos pendentes:

2014		
Transações	Município de Sernancelhe 2014	Liga dos Amigos da ESPROSER 2014
Serviços adquiridos	125.254,82	0,00
Saldos	31-12-2014	31-12-2014
Contas a pagar	44.686,42	1.155,00
2013		
Transações	Câmara Municipal de Sernancelhe 2013	Liga dos Amigos da ESPROSER 2013
Serviços adquiridos	57.599,13	0,00
Saldos	31-12-2013	31-12-2013
Contas a pagar	6.456,79	1.155,00

Os serviços adquiridos ao Município de Sernancelhe, respeitam ao aluguer de viaturas para transporte de alunos, ao serviço de transportes subcontratado e à renda paga pela do utilização pavilhão desportivo e das piscinas.

Os termos e/ou condições praticados entre a Empresa e partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Divulgações sobre ativos fixos tangíveis:

a) Bases de mensuração:

Os ativos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo de custo, segundo o qual um item do ativo fixo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidades acumuladas.

b) Método de depreciação usado:

A Empresa deprecia os seus bens do ativo fixo tangível de acordo com o método de linha reta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do ativo se o seu valor residual não se alterar.



c) *Vidas úteis e taxas de depreciação usados:*

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de depreciação médias:

Ativos tangíveis	Vida útil	Taxa de depreciação
Edifícios e outras construções	5 - 40	2,5% - 20%
Equipamento básico	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento de transporte	4 - 8	12,5% - 25%
Equipamento administrativo	2 - 10	10% - 50%
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4	25% - 100%

d) *Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período:*

	2014					Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	
Quantia escriturada bruta						
Saldo em 01.01.2014	575.042,97	434.072,32	323.412,34	162.690,23	74.003,10	1.569.220,96
Adições				18.636,74		18.636,74
Alienações			-228.939,80			-228.939,80
Saldo em 31.12.2014	575.042,97	434.072,32	94.472,54	181.326,97	74.003,10	1.358.917,90
Depreciações acumuladas						
Saldo em 01.01.2014	-241.516,11	-403.010,49	-210.123,87	-152.492,33	-63.351,56	-1.070.494,36
Adições	-35.918,28	-12.355,76	-16.315,80	-5.497,32	-846,48	-70.933,64
Alienações			189.768,93			189.768,93
Saldo em 31.12.2014	-277.434,39	-415.366,25	-36.670,74	-157.989,65	-64.198,04	-951.659,07
Quantia escriturada	297.608,58	18.706,07	57.801,80	23.337,32	9.805,06	407.258,83

	2013						Total
	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Investimentos em curso	
Quantia escriturada bruta							
Saldo em 01.01.2013	557.023,47	411.550,59	254.277,34	157.567,52	74.003,10	5.405,85	1.459.827,87
Adições	0,00	22.521,73	69.135,00	5.122,71	0,00	12.613,65	109.393,09
Transferências	18.019,50					-18.019,50	0,00
Saldo em 31.12.2013	575.042,97	434.072,32	323.412,34	162.690,23	74.003,10	0,00	1.569.220,96
Depreciações acumuladas							
Saldo em 01.01.2013	-204.694,94	-375.329,72	-195.591,79	-145.194,07	-62.445,00	0,00	-983.255,52
Adições	-36.821,17	-27.680,77	-14.532,08	-7.298,26	-906,56	0,00	-87.238,84
Saldo em 31.12.2013	-241.516,11	-403.010,49	-210.123,87	-152.492,33	-63.351,56	0,00	-1.070.494,36
Quantia escriturada	333.526,86	31.061,83	113.288,47	10.197,90	10.651,54	0,00	498.726,60

Os aumentos verificados, no período, na rubrica "Ativos fixos tangíveis", são referentes à substituição de equipamentos informáticos.



gma

6.2 Depreciações do período:

Depreciações do período	2014	2013
Edifícios e outras construções	35.918,28	36.821,17
Equipamento básico	12.355,76	27.680,77
Equipamento de transporte	16.315,80	14.532,08
Equipamento administrativo	5.497,32	7.298,26
Outros ativos fixos tangíveis	846,48	906,56
Total	70.933,64	87.238,84

Rui Guedes

6.3 Depreciação acumulada no final do período:

Depreciações acumuladas	2014	2013
Edifícios e outras construções	277.434,39	241.516,11
Equipamento básico	415.366,25	403.010,49
Equipamento de transporte	36.670,74	210.123,87
Equipamento administrativo	157.989,65	152.492,33
Outros ativos fixos tangíveis	64.198,04	63.351,56
Total	951.659,07	1.070.494,36

7. Locações

7.1 Locações financeiras - Locatários

a) *Quantia escriturada líquida por cada categoria de ativo à data de 31-12-2014*

	2014	2013
Veículos a motor	61.882,73	33.523,26
Total	61.882,73	33.523,26

b) *Reconciliação entre o valor total dos futuros pagamentos mínimos da locação à data de balanço e o seu valor presente:*

	2014	2013
Pagamentos mínimos até a um ano	7.328,76	12.848,81
Pagamentos mínimos mais de 1 ano e não mais de 5	54.553,97	20.674,45
Total	61.882,73	33.523,26

8. Participações financeiras

A empresa detém uma participação de 500,00 euros na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo do Vale do Távora e Douro, sediada na Rua Sá de Albergaria, Bloco E R/C em Tabuaço, para a qual não se conseguiu obter informação contabilística atualizada. Refira-se que, no último período, a empresa não obteve qualquer rendimento relacionado com as referidas Empresas participadas.

Este investimento encontra-se mensurado pelo custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

9. Réditos

9.1 Políticas contabilísticas adotadas para o reconhecimento do rédito

A Empresa reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

- Prestações de serviços** - são reconhecidas na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço;
- Juros** - são reconhecidos segundo o regime de acréscimo, de acordo com a substância do acordo relevante;

9.2 Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

a) Réditos por naturezas

	2014	2013
Prestações de serviços	4.421,44	4.041,71
Juros obtidos	10.407,10	7.182,17
Total	14.828,54	11.223,88

10. Contabilização dos subsídios do Governo e divulgação de apoios do Governo

10.1 Políticas contabilísticas adotadas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que irão ser recebidos e que a Empresa cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

10.2 Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo

A Empresa reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

➤ Subsídio ao investimento

Descrição	Natureza	31-12-2014			31-12-2013		
		Capitais próprios	Passivo	Demonstração de resultados	Capitais próprios	Passivo	Demonstração de resultados
Sub. Ao investimento - Obras de ampliação e requalificação da Escola	Não reembolsável	123.579,51	0,00	13.731,05	137.310,58	0,00	13.731,05
Total		123.579,51	0,00	13.731,05	137.310,58	0,00	13.731,05

➤ Subsídio à exploração

	2014	2013
POPH - Plano Operacional Potencial I	1.186.449,15	1.196.892,86
Total	1.186.449,15	1.196.892,86

A diminuição verificada nos subsídios à exploração, encontra-se relacionada com a redução do financiamento aprovado pela estrutura POPH, para o ano letivo 2014/15 em comparação com o ano letivo de 2013/14.

11. Acontecimentos após a data do balanço

11.1 Autorização para a emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 4 de março. No entanto os acionistas poderão em Assembleia Geral não aprovar as presentes demonstrações e solicitar alterações.

11.2 Atualização da divulgação acerca das condições à data do balanço

Entre a data do balanço e a data da autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca de condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efetuadas ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

12. Impostos sobre o rendimento

12.1 Principais componentes de gastos/rendimentos de impostos

Gastos/rendimentos	2014	2013
Impostos correntes	-1.747,31	-16.006,67
Impostos diferidos		
Reversão de diferenças temporárias	3.158,14	3.432,76
Imposto sobre o rendimento do período	1.410,83	-12.573,91

12.2 Relacionamento entre Gasto/Rendimento de impostos e Lucro Contabilístico

Reconciliação da taxa efetiva de imposto:

		2014		2013
Resultado antes de Impostos		-6.378,39		67.081,28
Imposto calculado à taxa de imposto aplicável	23,0%	0,00	25,0%	16.770,32
Efeito fiscal gerado por:				
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0%	0,00	3%	2.184,31
Tributações autónomas	-	1.747,31	1%	470,19
CFEI	0%	0,00	-5%	-3.418,15
Taxa efetiva do Imposto e Valor de Imposto	-	1.747,31	23,9%	16.006,67

12.3 Explicitação de alterações na taxa de imposto aplicável comparada com o período contabilístico anterior

O imposto sobre o rendimento passou de 16.006,67 euros em 2013 para 1.747,31 euros em 2014, correspondente a uma taxa efetiva de imposto de 23,90% em 2013. Em 2014, o imposto liquidado está relacionado exclusivamente com as tributações autónomas.



[Handwritten signature]

12.4 Outras contas a pagar

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os itens debitados/creditados ao capital próprio foram como se segue:

	31-12-2013	Reversão		31-12-2014
		Resultado líquido	Capitais próprios	
Outras contas a pagar				
Subsídio ao investimento	31.581,43	-3.158,14	-2.471,59	25.951,70
	31.581,43	-3.158,14	0,00	28.423,29

[Handwritten signature]

A rubrica “Outras contas a pagar” é referente ao reconhecimento de um subsídio ao investimento.

No fim do período de 2014, a Empresa procedeu à atualização do valor para os períodos subsequentes, passando este a ser calculado com base na taxa de IRC de 21%.

13. Instrumentos financeiros

13.1 Bases de mensuração

É política da Empresa reconhecer um ativo, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Empresa mensura ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas, os instrumentos financeiros que tenham uma maturidade definida, quer os retornos sejam de montante fixo, com taxa de juro fixa durante a vida do instrumento ou com taxa variável que seja um indexante típico de mercado de operações de financiamento (como, por exemplo, a Euribor) ou que inclua um *spread* sobre esse mesmo indexante e que não contenha nenhuma cláusula contratual que possa resultar, para o seu detentor, em perda do valor nominal e de juro acumulado (excluindo-se os casos de riscos de crédito). Os contratos para conceder ou contrair empréstimos em base líquida e os instrumentos de capital próprio que não sejam negociados publicamente e cujo justo valor não possa ser obtido de forma fiável, bem como os contratos ligados a tais instrumentos que, se executados, resultam na entrega de tais instrumentos, são também mensurados ao custo, menos perdas por imparidade acumuladas.

Os demais instrumentos financeiros são mensurados ao justo valor, com contrapartida em resultados. Nestes casos, a Empresa não inclui os custos de transação na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro.





ma

Enquanto a empresa for detentora de um instrumento financeiro, a política de mensuração não é alterada para esse instrumento financeiro.

13.2 Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros mensurados ao custo menos imparidade

	31-12-2014	31-12-2013
Outras contas a receber:		
Devedores por acrés. de rend. - POPH	503.170,13	285.545,62
Devedores por acrés. de rend. - Juros a receber	10.161,48	4.729,45
Adiantamentos a fornecedores	446,76	111,51
Outros devedores	21,69	9.812,87
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
	<u>513.800,06</u>	<u>300.199,45</u>
Diferimentos	8.385,28	8.087,54
Total	522.185,34	308.286,99

O aumento verificado na rubrica de outras "Outras contas a receber" encontra-se relacionado com o aumento dos rendimentos especializados respeitantes ao subsídio do POPH e pelo acréscimo dos rendimentos das aplicações financeiras.

b) Passivos financeiros mensurados ao custo

	31-12-2014	31-12-2013
Fornecedores	43.105,80	105.012,83
Financiamentos obtidos		
- Corrente	544.782,56	188.755,75
- Não Corrente	110.360,86	114.155,61
	<u>655.143,42</u>	<u>302.911,36</u>
Outras contas a pagar		
- Acréscimos de gastos	107.767,46	56.814,52
- Outros credores	0,00	1.516,80
	<u>107.767,46</u>	<u>58.331,32</u>
Diferimentos		
- Rendimentos a reconhecer - PC	0,00	70.046,53
Total	806.016,68	536.302,04

A diminuição verificada na rubrica "Fornecedores" está relacionada com a liquidação, em janeiro de 2014, de uma viatura pesada de passageiros, adquirida no mês de novembro de 2013.

Ricardo



O aumento verificado nos financiamentos bancários, ficou a dever-se à contratação de uma conta corrente caucionada junto da Caixa Geral de Depósitos; à contratação de um Leasing junto do Montepio Geral Associação Mutualista e à utilização máxima da conta corrente caucionada junto do Millennium BCP.

c) *Compromissos de empréstimos*

	31.12.2014		31.12.2013	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários	55.810,55	37.450,14	93.481,16	36.000,00
Contas caucionadas	0,00	500.000,00	0,00	139.906,94
Locações financeiras	54.550,31	7.332,42	20.674,45	12.848,81
Total	110.360,86	544.782,56	114.155,61	188.755,75

A Empresa possui duas contas caucionadas até ao montante de 300.000 euros cada, contratadas junto do *Millennium BCP* e junto da Caixa Geral de Depósitos, com renovação anual.

A Empresa possui um empréstimo bancário não corrente, junto do BPI, com vencimento em 2017.

No período a Empresa contratou um Leasing, junto do Montepio Geral, referente a uma viatura afeta ao transporte dos alunos, pelo prazo de 96 meses, com vencimento em 2022.

A exigibilidade dos financiamentos bancários tem o seguinte detalhe:

	31-12-2014	31-12-2013
Menos de um ano	544.782,56	188.755,75
1 a 2 anos	46.330,00	47.429,71
2 a 3 anos	24.880,55	48.865,12
3 a 4 anos	7.900,00	17.860,78
4 a 5 anos	8.300,00	0,00
Mais de 5 anos	22.950,31	0,00
Total	655.143,42	302.911,36





Gra

13.3 Outros ativos financeiros dados em garantia ou penhor, como colateral de passivos ou passivos contingenteis

Ativos financeiros dados como garantia ou penhor	31-12-2014	31-12-2013
Aplicações financeiras		
Depósito a prazo no Millennium BCP	155.000,00	150.000,00
Depósito a prazo no BPI	150.000,00	150.000,00
Depósito Prazo CGD	100.000,00	
Millennium BCP Subordinadas - 2008/2018	15.049,44	15.000,00
Depósito Prazo Montepio	3.500,00	
Millenium extra tesouraria III	0,00	5.044,30
Total	423.549,44	320.044,30

Rui Guedes

- **Obrigações + Depósitos a prazo no Millennium BCP:** Estas aplicações servem de garantia real sobre a conta caucionada contratada junto desta instituição no montante de 300.000 euros.
- **Depósito a prazo no BPI:** serve de garantia a um empréstimo contratado junto deste banco no montante de 150.000 euros.
- **Depósito a prazo na CGD:** Serve de garantia à conta-corrente de 300.000€, contratualizados junto desta entidade, o Depósito a Prazo no montante de 100.000€.

13.4 Montante de capital social

A 31 de dezembro de 2014, a Empresa detinha um capital social de 50.000 euros, totalmente realizado.

13.5 Ações representativas do capital social

A 31 de dezembro de 2014, a Empresa detinha um capital social de 10.000 ações com valor nominal de 5 euros por ação.

O capital social da Empresa, a 31.12.2014, descremina-se como se segue:

Detentor do capital	Nº de ações	Valor nominal	Capital realizado
Câmara Municipal de Sernancelhe	4.950	5,00	24.750,00
Liga de Amigos da Esproser	4.000	5,00	20.000,00
Associação Ámbula Instituição Particular de Solidariedade Social	1.000	5,00	5.000,00
Electro Pisca, Lda.	25	5,00	125,00
Família Flora - Restaurante, Lda.	25	5,00	125,00
Total	10.000		50.000,00

13.6 Outras reservas

O valor inscrito nesta rubrica diz respeito a resultados líquidos de períodos anteriores cuja aplicação foi decidida em Assembleia-Geral.

13.7 Resultados transitados

Foi decidido em Assembleia-Geral, com data de 10 de março de 2014 (ata nº 6), que o resultado líquido referente ao ano anterior fosse integralmente transferido para a rubrica "Resultados transitados".

No período verificaram-se os seguintes movimentos no capital próprio:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00
Reservas legais	10.000,00	0,00	0,00	10.000,00
Outras reservas	73.122,09	0,00	0,00	73.122,09
Resultados transitados	282.262,81	-3.158,14	54.507,37	333.612,04
Outras variações no capital próprio	105.729,15	-13.731,05	5.629,73	97.627,83
Resultado liquido do periodo	54.507,37	-59.474,93	0,00	-4.967,56
Total	575.621,42	-76.364,12	60.137,10	559.394,40

Os movimentos ocorridos no período são respeitantes à aplicação do resultado do período anterior, à realização do subsídio ao investimento e à respetiva reversão do passivo por imposto diferido.

No período procedeu-se ainda à reversão do passivo por imposto diferido associado ao subsídio ao investimento, por força da alteração da taxa de IRC de 23% para 21%, conforme descrito na nota 12.4 do presente anexo.

14. Divulgações exigidas por diplomas legais

A administração informa que a empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimentos ao estipulado no Art.º 210º da Lei nº 110/2009, de 16 de setembro (Código Contributivo), a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Para efeitos da alínea d) do nº 5 do artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais, durante o período de 2014, a Empresa não efetuou transações com ações próprias. A Empresa não é detentora de ações próprias.

A Empresa não dispõe de quaisquer sucursais quer no território nacional, quer no estrangeiro.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeito do nº 2 da alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

15. Outras informações

15.1 Estado e outros entes públicos

O detalhe da rubrica de “Estado e outros entes públicos” em 31 de dezembro de 2014 é o seguinte:

	31-12-2014	31-12-2013
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas:		
Imposto a recuperar	14.154,02	1.838,48
Total Ativo	14.154,02	1.838,48
	31-12-2014	31-12-2013
Imposto sobre o rendimento das pessoas singulares	7.277,94	6.419,87
Contribuições para a segurança social	6.078,62	6.325,95
Total Passivo	13.356,56	12.745,82

15.2 Fornecimentos de serviços externos

	2014	2013
Serviços especializados	682.905,13	677.723,96
Materiais	51.834,82	31.011,92
Energia e fluídos	32.328,02	19.180,65
Deslocações, estadas e transportes	74,35	203,00
Serviços diversos	36.450,58	45.947,82
Comunicação	16.999,78	11.245,42
Seguros	8.270,13	5.182,12
Rendas	5.025,00	11.848,25
Restantes	6.155,67	17.672,03
Total	803.592,90	774.067,35

O incremento verificado nos serviços especializados, justifica-se essencialmente pelos seguintes factos:

- Aumento do número de alunos;
- Aumento do valor de materiais e equipamentos adquiridos no âmbito das aulas práticas; e,
- Instalação de novo acesso à internet através de fibra empresarial, por substituição dos acessos ADSL que a ESPROSER dispunha.

15.3 *Gastos com pessoal*

	2014	2013
Remunerações dos órgãos sociais	121.821,58	122.201,88
Remunerações do pessoal	149.612,99	123.992,43
Encargos sobre remunerações	63.817,82	59.162,37
Seguros	7.758,03	6.550,74
Outros gastos com pessoal	85,34	1.124,85
Total	343.095,76	313.032,27

O incremento verificado nos gastos com o pessoal resulta dos seguintes factos:

- Relativamente a 3 dos 4 postos de trabalho criados em 2013, verificou-se um aumento de gastos uma vez que o tempo de serviço prestado em 2014 é claramente superior a 2013; e,
- A partir de junho de 2014, foram repostos os salários, conforme disposição do Tribunal Constitucional, levando a um aumento de gastos em cerca de 20.000€.

15.4 *Outros rendimentos e ganhos*

	2014	2013
Outros rendimentos e ganhos	49.157,21	58.213,38
Rendimentos suplementares	7.350,00	7.470,00
Sinistros - indemnização	0,00	3.681,37
Total	56.507,21	69.364,75

O valor constante da rubrica "Rendimentos suplementares" resulta do aluguer dos equipamentos do refeitório. A rubrica "Outros rendimentos e ganhos" é referente a apoios obtidos de outras entidades, nomeadamente do município de Sernancelhe, e à imputação do subsídio ao investimento.

15.5 Outros gastos e perdas

	2014	2013
Gastos e perdas em inv. não financeiros	6.859,70	0,00
Impostos	2.133,51	1.142,39
Outros	1.454,40	4.867,37
Dividas incobráveis	0,00	4.769,88
Total	10.447,61	10.779,64

A variação verificada na rubrica "Gastos e perdas em investimentos não financeiros" ficou a dever-se à menos valia resultante da alienação de 5 viaturas ao Município de Sernancelhe.

A variação verificada na rubrica "Impostos" ficou a dever-se ao imposto do selo resultante da contratação da nova conta corrente caucionada junto da Caixa Geral de Depósitos.

15.6 Resultados financeiros

	2014	2013
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	10.357,66	7.182,17
Outros rendimentos similares	49,44	0,00
	10.407,10	7.182,17
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	-23.968,43	-15.875,83
Outros gastos e perdas de financiamento	-12.124,95	-9.406,28
	-36.093,38	-25.282,11
Total	-25.686,28	-18.099,94

O aumento verificado no valor dos juros e gastos similares suportados ficou a dever-se, fundamentalmente, ao acréscimo dos capitais financiados.

A Administração e o Técnico Oficial de Contas, confirmam que à data de 31 de dezembro de 2014:

- Não existem quaisquer responsabilidades com garantias, hipotecas e penhoras a favor de terceiros; e,
- Não existem processos concluídos ou em curso (em fase de recurso hierárquico ou judicial) contra a Empresa decorrente de levantamentos processuais referentes a contingências fiscais, legais ou laborais, ou de outra natureza para os quais a Empresa no âmbito do SNC/NCRF, seja obrigada a constituir ou divulgar as respetivas responsabilidades nas suas demonstrações financeiras.

Sernancelhe, 04 de março de 2015

O Conselho de Administração

Ana Isabel Brás Chaves

 (Dr.ª Ana Isabel Brás Chaves - Presidente)

Rui Jorge Carmo Guedes

 (Dr. Rui Jorge Carmo Guedes - Vogal)

António Jorge Ribeiro Figueiredo

 (Dr. António Jorge Ribeiro Figueiredo - Vogal)

O Técnico Oficial de Contas

Carlos Manuel da Silva Pereira

 (Dr. Carlos Manuel da Silva Pereira - TOC nº 55.091)

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]



4 – Declaração do Órgão de Gestão